

Actividades modificadoras do ambiente (*)

PROF. C. M. L. BAETA NEVES

Presidente da Direcção da Liga para a Protecção da Natureza

Convidado para vir hoje aqui, em representação da Liga para a Protecção da Natureza, para tratar de tema tão vasto, ainda que a título introdutório, começarei por agradecer a oportunidade concedida àquela instituição e ao autor de poderem tentar oferecer qualquer contribuição útil em favor de quanto se pretende alcançar, no presente como no futuro, com este Congresso.

Justificaram as circunstâncias, após os acontecimentos registados em 25 de Abril, algumas hesitações em persistir na iniciativa, com a forma que tinha tomado e tinha sido anunciada, mas a minha resposta à consulta feita a tal propósito foi de que não se devia alterar em nada o programa estabelecido.

Esses acontecimentos, em meu entender, antes reforçaram a necessidade e urgência da realização deste Congresso, apesar da dificuldade que cada um terá tido em conseguir disponibilidade de tempo e serenidade de espírito para poder estar presente e ainda, nalguns casos, redigir a comunicação que lhe tenha sido pedida ou que voluntariamente deseje apresentar.

Há assim circunstâncias, que importa pôr em destaque nestas palavras introdutórias, que certamente irão prevalecer, acima de quaisquer outras, na feição que este Congresso irá tomar; mas essas circunstâncias, tenho-as como favoráveis ao seu sucesso. Assim os factos o venham a demonstrar.

Foi-me destinada a Comunicação-base da sessão desta tarde, comunicação dedicada, como o seu título indica, às «Actividades modificadoras do Ambiente».

Não pondo de parte quanto ainda hoje considero discutível a propósito do uso e abuso desta última

palavra e as dúvidas que possuo quanto ao significado e âmbito, começarei por afirmar que a utilizarei como tradução da palavra inglesa *environment*, palavra esta que segundo o Dicionário de Ecologia de Herbert Husson (1962) quer dizer: «A soma total de todas as condições externas que podem influenciar os organismos».

Parece-me essencial assentar ideias neste ponto, embora possa ser considerada como menos oportuna a atitude assim tomada; no entanto, chamo a atenção para o facto de no Programa das Forças Armadas vir referido numa alínea sobre a Protecção da Natureza e a Defesa do Ambiente, o que reforça o meu ponto de vista da necessidade de começar por nos entendermos quanto ao vocabulário e conceitos utilizados.

Não se trata de insistir no que pode ou se pretende julgar esclarecido e aceite; trata-se apenas de definir uma posição pessoal.

Partindo dessa base teremos assim, para ser feita uma análise completa das «Actividades modificadoras do Ambiente», que deverão ser considerados todos os factores ecológicos, pois que as «condições externas» referidas lhes correspondem.

Segundo Dajoz (*Précis d'Écologie*, 1970) e Monohadsky esses factores podem ser classificados em diferentes grupos: A-Factores climáticos periódicos primários: temperatura e luz; periódicos secundários: humidade relativa e pluviosidade, além de outros periódicos secundários ou não periódicos.

Grupo B—*Factores não climáticos*, no qual são englobados factores do meio aquático e os factores edáficos, os primeiros periódicos secundários ou não periódicos, e os últimos não periódicos.

Grupo C—*Factores alimentares*, em geral periódicos secundários. E o grupo D—*Factores bióticos*,

(*) Apresentada no I Congresso Nacional sobre a Degradação do Ambiente Português—Combate à Poluição, realizado no Porto, 4/8 de Junho de 1974, por iniciativa da Secção Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros.

os quais correspondem às interacções intraespecíficas, também em geral periódicas secundárias, e às interacções entre espécies diferentes (ou interespecíficas), não periódicas.

Haverá ainda a dividir o conjunto de todos estes factores em dois grupos distintos, o dos *abióticos* ou *independentes da densidade*, a que correspondem os *climáticos* e os *não climáticos*, com excepção dos *edáficos*, e o dos *bióticos* ou *dependentes da densidade*, no qual são englobados estes últimos e os restantes.

De uma forma mais sintética, podia-se talvez dizer que às «condições externas» referidas correspondem aquelas outras que definem ou caracterizam a Litosfera, a Biosfera e a Atmosfera, embora de uma maneira menos precisa por demasiado lata em relação ao caso considerado.

Se nos colocarmos na posição de pensar apenas no Homem, como a espécie viva eleita neste Congresso, visando essencialmente a acção exercida sobre o ambiente e a defesa do mesmo, de molde a garantir a possibilidade de uma vida sã ou até a sua sobrevivência, quanto haveria a dizer, embora sumária e introdutoriamente, seria um tanto diferente de quanto vinha a propósito tendo em atenção todos os seres vivos, mesmo só daqueles que, directa ou indirectamente e de forma mais ou menos complexa, estão relacionados com essa espécie.

Julgo assim, do meu ponto de vista, que a separação da palavra Ambiente correspondendo quase só à Poluição, para a qual muita vez se tende, nalguns casos por imperfeita compreensão ou definição do seu significado e latitude, não deverá ser aceite.

Em meu entender ou se trata da Protecção da Natureza, ou Conservação dos Recursos Naturais em geral, ou se trata do problema da Poluição em particular, e então estamos aqui para tratar apenas de um pequeno grupo, embora de importância indiscutível, dos problemas englobados na primeira, embora designados no seu conjunto por «Ambiente».

Ouso voltar a este assunto, bastante controverso, aliás, apenas com a intenção de assentar ideias em relação a quanto irei ainda dizer a propósito do tema que me foi proposto.

Fica assim bem clara a minha posição, que sei traduzir o pensamento de um grande número de sócios da Liga; e só não me atrevo a dizer de todos por não ter sido feita uma consulta prévia, mas quase me atreveria a dizer que sim.

Estamos desta forma reunidos hoje e nos próximos dias para analisar e discutir essencialmente os diferentes e muito variados aspectos da Poluição, modalidade de alterações de algumas das condições naturais de cujas características depende a vida sã, ou a própria sobrevivência do Homem ou da Humanidade no seu conjunto, embora considerando em especial quanto diz respeito ao caso português, por se tratar, como todos sabem, de um Congresso nacional.

A crítica às pretensões didácticas, menos a propósito, que me possam ser atribuídas, ou à falta de originalidade das palavras até agora pronunciadas, aceito-a até certo ponto como justa, apesar delas resultarem da oportunidade que se oferece para tentar, de vez, desfazer as confusões a que a falta de precisão dos termos ou da nomenclatura tem dado origem, e assim evitar os inconvenientes que dessa confusão têm resultado e poderão vir a resultar.

Lá temos agora um sector do Governo Provisório, designado por Sub-Secretaria de Estado do Ambiente, e não sabemos ainda nesta altura, por falta de definição apropriada, o que vai corresponder-lhe quanto à tarefa própria.

E sendo indestrutível, como o é no seu todo, a Protecção da Natureza ou Conservação dos Recursos Naturais, mal se compreende qual possa ter sido o critério adoptado, certo como é que a primeira é acima de tudo um ramo da Ecologia aplicada, um capítulo autónomo da mesma, além de outros em situação idêntica, não menos importantes, a que não foi dado igual relevo pela diferenciação de um sector próprio.

Bem clara como julgo ficar a minha posição, é tempo de entrar no tema que justificou a minha escolha para autor da comunicação-base desta sessão, se é que não entrei já nele com quanto até agora foi referido.

Para considerar as «Actividades modificadoras do Ambiente», tomando o Homem como a espécie em relação à qual essas actividades são apreciadas, teria de começar pela descrição dos ecossistemas climáticos, de que tal espécie tenha feito ou ainda faça parte. Forma demasiado complexa e longa de corresponder a quanto me foi pedido, mas a qual, apesar de tudo, julgo ser a mais correcta.

Também agora aqui a apreciação crítica da deformação didáctica ou da elementaridade das noções deduzidas dos exemplos escolhidos poderá ser feita, mas a minha atitude será ainda a mesma, correspondendo esta à experiência vivida durante mais de 30 anos, apesar da transformação operada no nosso meio, nomeadamente de 1970 para cá, da atitude do público em geral e das Entidades oficiais em relação à Protecção da Natureza ou Conservação dos Recursos Naturais, mesmo no caso particular da Poluição.

Na subdivisão dos temas englobados no número 3.º do programa deste Congresso pretendeu-se certamente ir mais além, objectivando as «Actividades modificadoras do Ambiente» nas mais comuns ou mais importantes, ou a quanto se desejaria que viesse a ser discutido na oportunidade oferecida por este Congresso.

Cabendo-me apenas a Comunicação-base, julgo-me dispensado de entrar em pormenores a propósito de cada uma dessas alíneas, a algumas das quais as imagens projectadas dizem respeito, no entanto não quero deixar de dar uma ideia sintética do que penso em relação a Portugal, nesta altura ainda englobando o Ultramar, embora dentro de uma concepção previamente aceite de comunidade, mais política ou mais linguística conforme as circunstâncias o venham a justificar.

Pois se a posição é agora de apreciação crítica à situação actual e a quanto a determinou para planear o futuro, direi que lamentavelmente não temos sabido aproveitar nem as ideias que alguns mais avisados oportunamente tentaram fazer vingar, nem sequer a experiência vivida na própria casa ou fora dela, dispensando-a, ou só lhe dando atenção «tarde e a más horas», ou ainda de forma parcial ou mesmo deturpada.

Em qualquer dessas alíneas tem faltado, e parece continuar a faltar, a não ser que a revolução de 25 de Abril consiga ir tão longe nas suas benéficas influências em favor de um verdadeiro progresso do País, já não direi o conhecimento de causa, mas antes a consideração por parte das Entidades Oficiais mais responsáveis pelas ideias apresentadas com fundamento ecológico,

embora referidas como sendo aquelas que a Protecção da Natureza defenda como mais justas e convenientes na defesa do bem comum.

Para mim, ainda que correndo o risco de quanto possa ser apelidado de exagero, o que nos tem faltado é a visão ecológica dos problemas e das suas soluções, não o aceitando por inútil ou despropositado, ou pela sua incompatibilidade com outros objectivos, ou circunstâncias diferentes, que essa defesa do bem comum obriga a colocar à frente de tudo mais, nomeadamente dos interesses pessoais ou de grupo.

A posição em que me encontro é assim simultaneamente científica e política, embora seja a primeira, como base da técnica, a que mais me interessa, sem menosprezar a última, cuja força pode ser tão grande e contrária, como houve ocasião de exuberantemente apreciar a partir dos múltiplos exemplos que nos foram oferecidos no nosso País nos últimos vinte anos de actividade da Liga.

No Ultramar a situação é diferente, mas não é menos grave; talvez mesmo sob alguns aspectos seja até muitíssimo mais aguda.

Enquanto na Metrópole, ao longo de séculos, a população na sua própria casa procurou resolver os seus problemas, da importância dos quais mais cedo teve consciência, nas Províncias ultramarinas, ou nos Estados independentes as que venham a transformar-se mercê da mentalidade da maioria daqueles que para ali foram explorar os Recursos Naturais renováveis ou não renováveis ali existentes, e a natureza particular destes e das condições do meio, os problemas não só tomaram proporções muito mais graves e alarmantes, como não foram resolvidos na sua maior parte, nem mesmo atenuados pela iniciativa dos próprios interessados, por ignorância ou por indiferença.

E se a Ecologia tem de ser na Metrópole a base da orientação a seguir, no Ultramar ela ainda será mais fundamental, se tanto se pode dizer, como consequência de maior sensibilidade de certos aspectos do ambiente à intervenção humana.

Já é um lugar comum afirmar-se que a Humanidade caminha a passos largos para o seu extermínio, nomeadamente se não forem tomadas a tempo e no conjunto as medidas necessárias para o evitar; tal como não será menos banal a sensação de incapacidade da actual sociedade humana, da maneira como está organizada e como vai explorando os Recursos Naturais, renováveis ou não, para tomar essas medidas, de forma tão generalizada e eficiente como na realidade importa e urge fazer.

Lamentavelmente assim é; e no nosso caso é bem evidente ser essa a situação, pois além da referência feita no Programa das Forças Armadas à Protecção da Natureza é a Defesa do Ambiente e da criação da Sub-Secretaria de Estado do Ambiente, pouco mais se viu fazer ou ouviu dizer a seu propósito.

Há assim que aproveitar esta oportunidade, razão pela qual lhe dei o meu inteiro apoio apesar das dificuldades para poder corresponder às responsabilidades consequentes, por me parecer que numa altura como esta não se podia deixar de lembrar que tudo quanto venha a fazer-se em matéria de Fomento neste País, e até em matéria de Política, de que a sua orientação e objectivo tanto dependem, deverá ter uma base ecológica fundamental.

Essa será a maior e mais urgente revolução se se pretende de facto, como acredito que seja, defender o bem comum, na Metrópole e no Ultramar como no Mundo inteiro, dando sem hesitações a contribuição que para tanto nos caiba.

É este o meu único desejo ao terminar estas palavras, assim elas tenham tido o condão de despertar em todos vós, não só o entusiasmo pela Ecologia que muitos já possuirão, mas também o estado de espírito de vibração e ânimo que nos leve a vencer na luta que depois deste Congresso certamente iremos continuar, embora de forma mais convicta, aguerrida e eficiente neste início da Era Ecológica ou da Revolução Ecológica.

E para terminar, e em reforço de quanto disse, referirei em seguida as palavras extraídas do livro «Ecotaction (*), do capítulo «Ecologia da Revolução» da autoria de Tony Wagner (pág. 45), numa tradução livre das mesmas: Temos perdido a noção de «para que é a revolução». Os Hippies dizem que a revolução é pela revolução. Os Trabalhistas progressistas dizem que é pelo Poder do Povo... Quando se pergunta qual o objectivo da revolução ouvimos frequentemente como resposta um calão político abstracto. É sempre mais difícil dizer contra o que é a revolução... Nós dizemos que podemos reduzir a resposta a umas palavras simples:

A revolução é pela Vida e contra a Morte ■

(*) Ciência do arranjo e manobra de todas as forças disponíveis contra os inimigos da Terra».